JUSTIÇA DO TRABALHO

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO

PROAD N. 17710/2022

ASSUNTO:
PROAD: Expediente do Comitê Gestor Regional PJe - TRT6

RESUMO:
Expediente criado para trâmite da ata da reunião do CGRPJe da JT 6a. Região.

PRIORIDADE:
Processo com prioridade normal

PROTOCOLADO POR:
ffranca - FERNANDA DE FRANCA TENORIO

PARTICIPANTES
CGRPJE - COMITÊ GESTOR REGIONAL DO PJE
fabioa - FABIO ANDRE DE FARIAS
ffranca - FERNANDA DE FRANCA TENORIO

SITUAÇÃO ATUAL DO PROCESSO:

Em análise na(o) CGRPJE - COMITÊ GESTOR REGIONAL DO PJE desde 16/09/2022. Responsável atual: ffranca - FERNANDA DE FRANCA TENORIO

Poder Judiciário Federal

Justiça do Trabalho da Sexta Região

Ata da Reunião do Comitê Gestor Regional do PJe-JT da 6a. Região

Local: Plataforma Zoom

Data: 25/08/2022

Hora: 10:00 horas

Aos 25 dias do mês de agosto de 2022 realizou-se, via plataforma Zoom, às 10 horas, reunião ordinária do Comitê Gestor Regional do PJe-JT da 6a. Região. Presentes o **Desembargador Fábio Farias, Coordenador do Comitê; Juíza do Trabalho Laura Cavalcanti de Morais Botelho, Presidente da Amatra VI; Juiz do Trabalho Rodrigo Samico, Juiz do Trabalho; Juíza do Trabalho Ana Catarina Cisneiros Barbosa de Araújo, Juíza Auxiliar da Presidência; Christiane Purificação de Castro, Chefe da Seção de Gestão Negocial dos Sistemas PJe-JT/e-Gestão; Fernanda de França Tenório, integrante da Seção de Gestão Negocial dos Sistemas PJe-JT/e-Gestão; Alessandro Souza, Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação; Márcia Parga, representante do Ministério Público do Trabalho; Luiz Eduardo Moura de Oliveira, Diretor da Divisão de Estatística; Maria Eduarda Vaz de Oliveira Correa Lima, representante da Imprensa; Lucas Aranha Barreto, Chefe da Seção de Administração e Sustentação ao PJe; Flávio Renato Couto de Oliveira, integrante da Seção de Administração e Sustentação ao PJe; Sérgio Limeira, Chefe da Divisão de Infraestrutura TIC; Luciano José Falcão Lacerda, Secretário Geral da Presidência; Marisa Lopes Dourado Cavalcanti Lyra, representante da Corregedoria; Alexandre Batista, servidor da Secretaria de Tecnologia da Informação; Henrique Beça, representante do 1o. Grau de Jurisdição.**

Iniciando os trabalhos, passou-se **à apreciação do item 1 da pauta administrativa** - **"Instalação da versão 2.7.7 do PJe; 1.1 - Nova funcionalidade - publicação dos processos distribuídos e redistribuídos no dia anterior em todo o Regional"**. Lucas Aranha Barreto explicou que se trata de versão de correção que traz nova funcionalidade que consiste em, a cada dia, o Tribunal publicar a relação de processos distribuídos e redistribuídos no Regional referentes ao dia anterior. Lucas explicou que se trata de uma publicação automática, tendo como unidade publicadora a Presidência do TRT da 6a. Região e será feita em nome da Presidente do nosso Regional. A atualização será feita no próximo sábado, dia 27 de agosto, no período da manhã, e o PJe deverá ficar indisponível enquanto estiver sendo atualizado, sendo necessária a autorização do

PROAD 17710/2022. DOC 1. Para verificar a autenticidade desta cópia,
acesse o seguinte endereço eletrônico e informe o código 2022.JYHX.ZLSR:
https://proad.trt6.jus.br/proad/pages/consultadocumento.xhtml

Comitê para formalizar a atualização junto à Presidência. Christiane explicou que, para que a publicação dos processos distribuídos/redistribuídos funcione normalmente, é necessário que a Presidente Maria Clara Saboya cadastre suas credenciais no DEJT de 1o. e 2o. Graus. Christiane Purificação de Castro esclareceu que já enviou e-mail para a Presidência colocando a equipe negocial à disposição para auxiliar no credenciamento da Presidente. **O Comitê autorizou a atualização do PJe para a versão 2.7.7 no dia 27/08/2022.**

Em prosseguimento, passou-se **à apreciação dos itens 2 e 3 da pauta administrativa - Autorização e data para instalação da versão 2.8 (17 e 18 de setembro)**. Lucas explicou que os tribunais-piloto da versão 2.8 são os Tribunais Regionais do Trabalho da 7a. Região - Ceará e da 14a. Região - Rondônia e Acre. O calendário do CSJT disponibiliza dois dias para a instalação da versão, que no nosso Regional deverá ocorrer nos dias 17 e 18 de setembro. Marisa Lopes Dourado Cavalcanti Lyra indagou qual será a versão que terá uma trava para arquivamento dos processos em que ainda existem valores depositados; Christiane irá procurar obter a informação e repassará à Corregedoria. Quanto à capacitação dos servidores para utilização da versão 2.8, Christiane explicou que a Seção Negocial já está produzindo material para essa finalidade. Explicou, também, que se trata de uma versão cheia que traz relativamente poucas alterações para o usuário interno, mas há alterações significativas para os advogados. Christiane explicou que as capacitações para os advogados não são feitas pelo CSJT, mas sim pelos Regionais. Para falar sobre as capacitações, foi convidado o servidor Mário dos Santos Assis, da Escola Judicial. Em nome da Juíza Wiviane de Souza, Coordenadora Geral da Escola Judicial, Mário apresentou o plano de trabalho para as capacitações, elaborado em conjunto com Christiane. Foram elaborados seis modelos de capacitação, a saber: a) servidores/as que atuam em Varas Trabalhistas e CEJUSC 1o. Grau; b) servidores/as que atuam nos Gabinetes do 2o. Grau e CEJUSC 2o. Grau; c) servidores/as que atuam na Secretaria das Turmas 2o. Grau; d) servidores/as que atuam como Assistentes de Juiz(a) do 1o. Grau; e) servidores que atuam no Setor de Precatórios; f) advogados que atuam na Justiça do Trabalho. O plano de capacitação será anexado a esta ata. Quanto à capacitação dos advogados, que é o público mais impactado pela versão 2.8, Mário explicou que serão elaboradas vídeoaulas e disponibilizadas no canal do YouTube da Escola Judicial, assim como será disponibilizado o link para a OAB-PE e demais entidades representativas, MPT, Ministério Público Estadual e Procuradorias Municipais. A capacitação será realizada a partir do dia 05 de setembro até o dia 12 do mesmo mês. O Desembargador Fábio André de Farias e a Juíza Auxiliar da Presidência enfatizaram a importância de disponibilizar o mais rápido possível as vídeoaulas para os advogados, ficando estabelecido o dia 12 de setembro a data limite para a sua disponibilização. Lucas ressaltou que já existe o Manual do Advogado, elaborado e gerido pelo CSJT e que já está disponível para o usuário. O Desembargador Fábio propôs colocar um aviso no PJe com a informação de que será alterada a versão no dia 17 de setembro e inserir o link do manual elaborado pelo CSJT, sugerindo aos advogados fazer consultas diárias, uma vez que o manual está sendo atualizado constantemente. Quanto às videoaulas, o Desembargador Fábio propõe que se dê enfoque às principais mudanças e, tão logo estejam prontas, sejam colocadas na página inicial do PJe. **O Comitê aprovou a sugestão do Desembargador Fábio Farias. Também restou deliberado que ao longo da semana da instalação, nos dias 14 e 16 de setembro as mensagens/avisos sobre a instalação deverão ser novamente inseridas no PJe, com a finalidade de relembrar os usuários. Também deverá haver divulgação no sítio eletrônico. À atenção do Setor de Imprensa do TRT6.** Lucas ainda destacou algumas das mudanças para os advogados, tais como: interface KZ, acervo geral dos advogados, protocolo de processos em lote, a funcionalidade de modelos, separação no acervo dos processos arquivados e processos ainda em tramitação, anexação de arquivos de áudio e vídeo não apenas no momento do protocolo das novas ações, mas em todo momento processual, adicionado novo tipo de prioridade "pessoas em situação de rua". O Desembargador Fábio indagou qual seria o critério para essa prioridade, uma vez que ela não é possível de ser aferida e sugeriu que a Corregedoria fique atenta a essa prioridade, a fim de se expedir alguma orientação aos juízes e diretores de secretaria. **Além disso, a funcionalidade de anexar arquivos de áudio e vídeo deve ser uma funcionalidade a ser destacada nas capacitações dos advogados. Também ficou deliberado que a STI irá enviar informações para a Imprensa, para que possa publicar as matérias sobre a atualização da versão.**

Em prosseguimento, **passou-se ao item 4 da pauta - Solicitação para criação de relatório no SAOPJE pela Corregedoria. Relatório relativo aos mandados judiciais pendentes de distribuição. Justificativa: em algumas centrais, a morosidade dessa atividade, ora alegando que o Oficial de Justiça da área encontra-**

PROAD 17710/2022. DOC 1. Para verificar a autenticidade desta cópia,
acesse o seguinte endereço eletrônico e informe o código 2022.JYHX.ZLSR:
https://proad.trt6.jus.br/proad/pages/consultadocumento.xhtml

se afastado de suas atribuições, ora porque restou acordado entre os meirinhos que a distribuição das diligências se dariam de forma manual e apenas uma vez por semana. Marisa Lopes Dourado Cavalcanti Lyra justificou a criação do relatório: os relatórios já existentes e disponíveis no PJe não permitem controlar os mandados ainda pendentes de distribuição. **Após análise, o Comitê aprovou a elaboração do relatório.**

Item 5 da pauta administrativa - Criação de grupo, no Assyst, para atendimento às demandas das extensões e robôs do PJe. Christiane explicou que a demanda surge da necessidade de se antecipar às demandas oriundas dessas extensões e robôs. Explicou também que o desenvolvimento destes não obedece ao mesmo formato das versões do PJe e a exemplo do que já aconteceu com o PJe-Calc, solicita a criação de um grupo, no Assyst, para atendimento às demandas específicas de robôs e de extensões. Christiane destacou que já existe curso que será disponibilizado pela Escola Judicial por servidores do Regional e sugere que esses servidores sejam os responsáveis pelos atendimentos às demandas. A Juíza Catarina Cisneiros opinou por ser uma demanda que deve ser tratada, primeiramente, entre a Secretaria Geral da Presidência e o Diretor da STI, e não ser tratada neste Comitê, ressaltando tratar-se de questão gerencial e administrativa que não deve ser tratada no Comitê do PJe. Alexandre Batista destacou que as extensões, a exemplo da "MaisPJe", são altamente programáveis, possibilitando várias alterações no PJe, o que dificulta para aqueles que não as estão utilizando diariamente, acompanhar as alterações e dificuldades surgidas. Por isso, foi sugerido que pessoas da área fim, que já estão utilizando a funcionalidade e, inclusive, são instrutores de cursos, possam prestar o serviço e fazer o atendimento aos usuários no Assyst. Após os debates, o Desembargador Fábio Farias sugeriu que haja reunião entre a STI, o PJe Negocial e a Administração para decidir sobre a questão e, até que se decida administrativamente, as dúvidas possam ser tiradas com o Diretor de Secretaria que compõe o PJe, Henrique Beça. Este informou que os colegas servidores Rafael, seu assistente, e a Diretora de Secretaria Thaís Sena, estão estudando a fundo as extensões e, inclusive, irão ministrar curso em setembro, certamente poderão dar suporte e tirar as dúvidas. **Após os debates, o Comitê deliberou por acatar a sugestão do Desembargador Fábio Farias: solicitar à Presidência, caso entenda cabível, a realização de reunião entre a Administração e as Equipes do PJe Negocial e STI , para decidir sobre o item 5 da pauta e, até que haja determinação a respeito, em caso de dúvidas das equipes, o representante do 1o. Grau de Jurisdição, Diretor de Secretaria Henrique Beça, prestará auxílio na resolução das demandas.**

Próximo item da pauta, **item 6 - aprovação da minuta de ato que altera o Ato TRT-GP-119/2015, que regulamenta o Comitê Gestor do PJe no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 6a. Região. Após os debates, foi aprovada a minuta do ato que altera o Ato TRT-GP-119/2015, a qual deverá ser encaminhada à Presidência do nosso Regional, para deliberação.**

Por fim, Alessandro Souza pediu a palavra para registrar que, com a nova versão 2.8, a qual permitirá aos advogados juntar áudio e vídeo no curso do processo e não só na autuação, a Secretaria de Tecnologia da Informação irá monitorar o volume de ocupação de espaço nos servidores e, se confirmado o aumento de volume, o assunto será tratado no Comitê de Governança. A última aquisição de espaço foi há dois anos e a capacidade de armazenamento suportaria 5 anos de movimentação processual. Alessandro esclareceu que irão aguardar a entrada da nova versão para analisar se houve aumento de dados anexados ao processo e, dependendo dessa análise, o assunto será novamente tratado.

Encerrados os trabalhos, foi lavrada a ata, que vai assinada na forma da Lei.

PROAD 17710/2022. DOC 1. Para verificar a autenticidade desta cópia,
acesse o seguinte endereço eletrônico e informe o código 2022.JYHX.ZLSR:
https://proad.trt6.jus.br/proad/pages/consultadocumento.xhtml

Des. Fábio André de Farias

Coordenador do Comitê Gestor do PJe

PROAD 17710/2022. DOC 1. Para verificar a autenticidade desta cópia,
acesse o seguinte endereço eletrônico e informe o código 2022.JYHX.ZLSR:
https://proad.trt6.jus.br/proad/pages/consultadocumento.xhtml

Histórico de Eventos

16/09/2022 15:28	ffranca - FERNANDA DE FRANCA TENORIO assumiu a responsabilidade deste processo
16/09/2022 14:42	Encaminhamento de CGRPJE - COMITÊ GESTOR REGIONAL DO PJE para CGRPJE - COMITÊ GESTOR REGIONAL DO PJE feito por fabioa - FABIO ANDRE DE FARIAS Motivo: Encaminhamento Automático Em análise desde 16/09/2022. Responsável atual: ffranca - FERNANDA DE FRANCA TENORIO

Observações